



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Parecer nº 244/2025

Referência: Processo nº 1.190/2025

Assunto: Projeto de Lei n.º 31, de 22 de setembro de 2025

Autor: Poder Executivo Municipal

Assinado por: Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias

I - RELATÓRIO:

O Projeto de Lei n.º 31, de 22 de setembro de 2025, que “*Dispõe sobre a criação de verba indenizatória para desempenho de atividade delegada, nos termos que especifica, a ser paga aos Bombeiros Militares que exercerem atividade municipal delegada pelo Estado de Mato Grosso por meio de termo de cooperação celebrado com o Município de Cáceres e dá outras providências.*”

É o breve relatório.

II – DO VOTO DO RELATOR:

Vem a esta Comissão de Economia, Finanças e Planejamento, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 31, de 22 de setembro de 2025, de autoria do Poder Executivo Municipal.

A propositura visa instituir a "Atividade Delegada" no município, permitindo o pagamento de verba indenizatória aos integrantes do Corpo de Bombeiros Militar (2ª CIBM) que, voluntariamente e em seus horários de folga, atuem em atividades de interesse do Município, como prevenção de queimadas e defesa civil.





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Após diligência solicitada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o Poder Executivo encaminhou, através dos Ofícios nº 2.143/2025 e nº 2.193/2025, a documentação financeira necessária, incluindo a Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro e a Declaração de Adequação Orçamentária.

III – DA FUNDAMENTAÇÃO E ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Compete a esta Comissão opinar sobre o aspecto financeiro e orçamentário das proposições que impliquem aumento de despesa pública, verificando sua compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como o cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

1. Da Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro (Art. 16, I, da LRF)

O Poder Executivo apresentou o cálculo estimativo do impacto da despesa, elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento. Os valores projetados para a implementação da Atividade Delegada são:

- **Exercício de 2025 (proporcional/1 mês):** R\$ 42.423,04.
- **Exercício de 2026:** R\$ 164.158,72.
- **Exercício de 2027:** R\$ 164.158,72.
- **Total do impacto no período:** R\$ 370.740,48.

O estudo considera uma equipe composta por 02 Sargentos e 01 Soldado, totalizando custos baseados em horas trabalhadas (limitadas legalmente), conforme demonstrado na memória de cálculo anexa aos ofícios.

2. Da Declaração de Adequação Orçamentária (Art. 16, II, da LRF)



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁ CERES

Consta nos autos a **Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira**, assinada pelo Ordenador de Despesa, Sr. Rubens Macedo (Secretário Municipal Especial de Assuntos Estratégicos). O documento atesta que a despesa possui adequação com a LOA 2025 e compatibilidade com o PPA 2022-2025 e a LDO vigente.

3. Da Origem dos Recursos

A despesa será custeada pela Fonte de Recursos **1.500 (Recursos Não Vinculados de Impostos)**.

O saldo orçamentário demonstrado na data de 07/11/2025 para a natureza de despesa "3.3.90 - Outras Despesas Correntes" era de **R\$ 2.818.604,38** (superávit orçamentário), valor este manifestamente suficiente para cobrir o impacto estimado de R\$ 42.423,04 para o exercício corrente.

4. Da Análise de Custo-Benefício (Economicidade)

Sob a ótica da economicidade, o Estudo Técnico apresentado pelo Corpo de Bombeiros demonstra que a parceria via Atividade Delegada é **mais vantajosa ao erário** do que a contratação de empresa privada ou terceirizada.

- **Custo estimado com Bombeiros (Atividade Delegada):** R\$ 55.329,60/mês para cobertura completa.
- **Custo estimado com empresa privada (Serviço similar + locação):** R\$ 71.910,00/mês (sem a mesma qualificação técnica e sem equipamentos inclusos que os Bombeiros já possuem ou adquirirão como investimento único).

Portanto, a medida respeita o princípio da eficiência e economicidade no gasto público.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Diante do exposto, após análise técnica dos documentos acostados, verifica-se que o Projeto de Lei n.º 31, de 22 de setembro de 2025:

1. **Cumpre** os requisitos dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
2. **Possui** dotação orçamentária suficiente para suportar a despesa no exercício atual e nos seguintes.
3. **Apresenta** viabilidade econômica, sendo uma solução de menor custo comparada às alternativas de mercado.

Dessa forma, no âmbito da competência desta Comissão de Economia, Finanças e Planejamento, o voto é **FAVORÁVEL** à tramitação e aprovação do Projeto de Lei n.º 31, de 22 de setembro de 2025, tal como apresentado.

IV – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Economia, Finanças e Planejamento, em reunião realizada nesta data, acompanha o voto do Relator e opina, por unanimidade, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n.º 31, de 22 de setembro de 2025.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação Plenária.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2025.


JORGE AUGUSTO DE ALMEIDA
PRESIDENTE

JERÔNIMO GONÇALVES PEREIRA
RELATOR


DOMINGOS OLIVEIRA DOS ANTOS
MEMBRO



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B771-3170-E9CD-4FD0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JERÔNIMO GONÇALVES PEREIRA (CPF 570.XXX.XXX-82) em 12/12/2025 08:52:58 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Esta versão de verificação foi gerada em 12/12/2025 às 09:53 e assinada digitalmente pela
CAMARA MUNICIPAL CACERES:03960333000150 para garantir sua autenticidade e
inviolabilidade com o documento que foi assinado pelas partes através da plataforma 1Doc,
que poderá ser conferido por meio do seguinte link:

<https://cmcaceres.1doc.com.br/verificacao/B771-3170-E9CD-4FD0>